

Um lugar aonde os congressistas não vão

VALDIR SANCHES

As moças do cafetinho para o público estavam há meia hora sem servir uma única xícara, sexta-feira última. Bem perto — no plenário da Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, em Brasília —, o deputado Moisés Pimentel (PFL/CE) anunciou, ao microfone, que a sessão estava aberta. Eram nove e meia da manhã. Se todos os representantes do povo, naquela Casa, tivessem comparecido, haveria 495 deles em plenário. Mas já que não era assim, se pelo menos 50 (10%) estivessem presentes, ofereceriam quórum mínimo e a sessão começaria. No plenário deserto, entretanto, vislumbrava-se uma única cadeira ocupada: a do deputado Osvaldo Bender (PDS/RS), que pretendia discursar em favor dos produtores de trigo de seu Estado. Sem outra alternativa, Moisés Pimentel, que estava quebrando um galho ("o segundo-secretário pediu-me para presidir os trabalhos"), anunciou que a sessão estava encerrada. Bender retirou-se com a esperança de poder falar durante o "esforço concentrado" que os senadores e deputados farão, hoje e amanhã, numa tentativa de cumprir suas obrigações.

O cafetinho conheceu ocasiões bem mais agitadas. Até cinco mil xícaras foram servidas nos dias de grande efervescência no Congresso. É verdade que, agora que é pago (Cr\$ 5,00), e a xícara de louça foi trocada por copinho de papel, perdeu muito de seu encanto. O movimento no café foi fraco durante toda a semana passada, especialmente em fins de tarde, quando, na Câmara, tentava-se emplacar uma sessão do Congresso — conjunta, da Câmara e do Senado. Um minuto depois de aberta, às seis e meia da tarde, a sessão era encerrada por falta de quórum. "Acabou!", comemoravam euforicos os seguranças. Eles, os taquigrafos e outros funcionários de apoio têm as horas extras que dispenderiam nas sessões tardias já incorporadas ao seu salário. Ganham antecipadamente, por um trabalho que farão ou não — dependendo do quórum. Sem sessão, poderiam ir para casa. As moças do cafetinho restava o enfado: são quatro, para fazer quase nada.



Aos parlamentares, seria preciso trabalho ininterrupto, para discutir e votar todos os projetos apresentados durante os sete meses de atividade de cada ano legislativo. No ano passado, foram cerca de cinco mil apresentados só pela Câmara. Este ano, agitado pelas eleições parlamentares, registraram-se menos: 1.312. Mas desses, apenas 70 foram apreciados até agora (os dados são da Seção de Sinopse da Câmara). O que significa que certamente mais de 1.200 serão sepultados pelo fim desta legislatura, porque não foram examinados por nenhuma comissão. Essa avalanche de projetos, no entanto, é classificada assim pelo deputado Nelson Jobim (PMDB/RS), que defende profundas reformas no regimento da Câmara:

— A maioria deles podemos chamar de projetos-imprensa. São feitos em razão da avaliação dos jornalistas de que, quanto maior o número de projetos apresentados, maior o trabalho do parlamentar. Depois temos os projetos-região, que visam serem apresentados à Câmara, publicados e mandados para a região, para as bases de seu autor. E por fim os projetos reais, que dizem respeito ao País.

Nesta última categoria, há também projetos e medidas provisórias, vindas do Executivo. Mas neste momento o que falta são parlamentares para debatê-las e votá-las. A razão dessa ausência é resumida assim pelo jornalista e deputado Albérico Cordeiro (PFL/AL), não reeleito, que se baseia também em sua experiência de 23 anos de cobertura no Congresso:

— Há os que estão empenhados na campanha de seu candidato para o segundo turno, em seus Estados. Há os que foram reeleitos e estão tratando de se recuperar, depois de uma dura campanha eleitoral, para voltar na próxima legislatura (1º de fe-



Lei das Diretrizes Orçamentárias, decretada pelo Congresso e sancionada pelo então presidente Sarney, no ano passado, e que vigora este ano, trouxe as seguintes novidades: os apartamentos funcionais dos parlamentares não vêm mais mobiliados (os que já estão mobiliados ficam assim, sorte de quem pegar). Os serviços (um cano fúnebre, por exemplo) também são pagos pelos ocupantes. Os senadores têm que abastecer e consertar o carro oficial. Quando este acabar, não haverá outro. Da mesma forma na Câmara, com os carros dos líderes dos partidos e o do presidente da Casa (a norma se aplica, na verdade, aos Três Poderes). Quanto aos gastos com o pessoal, só é permitido dispender os mesmos valores do ano passado, corrigidos pela inflação — o que seguramente não está acontecendo.

O próprio relator dessa lei, o deputado José Serra (PSDB/SP), admite que ela está sendo desrespeitada. "Essa lei foi uma coisa fortíssima, estabeleceu parâmetros de austeridade. Mesmo transgredida, ficou como exemplo".



Parlamentares ouvidos pelo JT reclamam da generalização: não são todos os que não aparecem, atuam pouco, praticam o nepotismo. E isso é verdadeiro. Como há parlamentares que ainda se impressionam muito com as coisas, como acontece a Gumerindo Milhomem (PT/SP), líder de seu partido na Câmara, um professor que encerra o seu primeiro mandato e não se reelegeu. "Eu faço parte da Comissão de Comunicação, e o que vejo lá? Metade dos membros da comissão são donos de rádio e tevê" — diz. "Na Comissão de Educação é a mesma coisa, lá estão deputados que são donos de universidades". Conclusão que ainda hoje o indigna: "Esses homens não estão na Câmara para defender a educação ou as comunicações, mas seus próprios interesses".

Outros parlamentares são extremamente críticos em relação ao poder que representam, como acontece com o senador José Paulo Bisol (PSB/RS), que foi vice de Lula nas eleições presidenciais do ano passado. Na Constituinte, Bisol votou pela criação do regime unicameral — a existência de uma Câmara única, em lugar dos atuais Câmara e Senado, "que geram muita discussão e pouca eficiência". Além disso, "o governo controla o Legislativo através do Senado: é mais fácil para ele trabalhar em cima de 81 senadores do que de 503 deputados". E essa situação "facilita a barganha e a corrupção e leva à oferta de favores". Bisol acha que sobram funcionários, mas faltam os especializados, para assessorar com eficiência os congressistas. E os projetos apresentados são milhares. "Ninguém tem condições de estudar todos os projetos. Para votar, pergunta ao seu líder: como vamos votar? E é aí que o governo se lava".

Afirmou o senador:

— O legislador raramente sabe o que está fazendo. Ele não tem como fazer o cálculo das consequências dos projetos nas diversas áreas, como a área social e outras. Habitua-se a trabalhar superficialmente, porque não há outro jeito. Se é irresponsável, entra no jogo e faz carreira política. Se não, separa alguns casos e os estuda. E é nesse quadro que entram os lobbies.

Bisol tem um projeto para modernizar a tramitação dos projetos e qualificá-los. Por ele, o voto será obrigatório, com prazo determinado para o estudo do projeto e a votação — que pode ser feita por toque telefônico, via computador. Na Câmara, o deputado Nelson Jobim (PMDB/RS) critica o "modelo concentratório" da Casa: "A Mesa e as lideranças concentram as informações, e os parlamentares são exigidos não para participar do processo decisório, mas para serem contados como unidade de quórum". Também acha impossível discutir e votar 5.000 projetos por ano, e quer que eles sejam escollhidos e programados para entrar em discussão.

vereiro do ano que vem). E há os derrotados, que foram cuidar da vida.

Menos informal, o deputado Jorge Arbage (PDS/PA) tem essa explicação:

— A Casa, compreendendo a importância das eleições, e a necessidade de os parlamentares defenderem sua reeleição, se tornou um pouco flexível e adotou para esse estado de urgência a estratégia do esforço concentrado.

Apesar da compreensão da Casa, a maior parte dos congressistas em busca da reeleição deu-se mal: na Câmara, perto de 60% não se reelegem; no Senado (onde apenas um terço dos senadores está em fim de mandato) 88% rodaram.

O Congresso Nacional é uma cidade interligada por subterrâneos, onde 8.800 funcionários trabalham em razão dos acertos e desacertos de 570 brasileiros eleitos como representantes de seu povo — 495 deputados federais e 75 senadores (que agora, com a criação dos novos Estados, serão 503 e 81). Só a Câmara dos Deputados, contida no edifício principal e em quatro anexos, tem 121.127 metros quadrados de área construída.

No restaurante principal, amplo, moderno e subsidiado, come-se e bebe-se por bom preço e com piano ao vivo. Nesse cenário todo, a drástica redução do trabalho em plenário em nada mudou as vantagens funcionais e prerrogativas dos congressistas. As passagens de avião, por exemplo, continuaram a ser pagas até 31 de janeiro, embora o recesso parlamentar se inicie em 16 de dezembro. Nessa questão das passagens há curiosidades extravagantes.

A rota do congressista: Brasília-Rondônia, via Rio.

Os senadores e deputados têm direito a uma passagem ida e volta por semana, que inclui o Estado do Rio — more o beneficiário onde morar. O JT viu, por exemplo, a relação das passagens para deputados de Rondônia: uma passagem Brasília-Rondônia, via Rio, ida e volta. Neste caso, teoricamente, o congressista passa pelo Rio a caminho de sua casa, em Rondônia. "É um critério muito antigo que, como fica muito difícil meter, a Câmara vai mantendo" — diz hoje, 30 anos depois da inauguração de Brasília, Adelmar Silveira Sabino, diretor-geral da Casa. Por esse critério, até os congressistas eleitos pelo Distrito Federal, têm direito a passagem para o Rio.

O viajante não recebe as passagens em si, mas créditos no valor das passagens. Assim, em um mês, a preços de hoje, o parlamentar de Rondônia, que mora em Porto Velho, terá direito a uma passagem para o Rio.

Cr\$ 191.019,00 em passagens. Se usar pouco o crédito, logo terá o suficiente para retirar passagens no Exterior. E se empregar sua influência, poderá pagar apenas metade do preço da passagem e viajar na primeira classe (que custa o dobro). É lógico que nada disso será preciso se ele integrar uma comissão especial que for representar o Congresso no Exterior. Neste caso, terá direito a passagens especiais.

Mas os nomeados não são só parentes. A deputada Dirce Tuttu Quadros (PSDB/SP), não reeleita, nomeou para seu gabinete Nilda Maria de Siqueira, a governanta de seu apartamento particular em Brasília. Um notável senador do Norte nomeou, além da mulher e do filho, sua manicure. Mais tarde separou-se da mulher e a demitiu. O deputado Carlos Mosconi (PSDB/MG), não reeleito, nomeou a esposa, Maria Lúcia, para o seu gabinete. Em 1985 foi convidado pelo governador do Distrito Federal, José Aparecido, para ser secretário da Saúde. Foi, mas com a garantia de seu suplente, Paulo Almada, que não demitiu Maria Lúcia. Mosconi deixa a Câmara (não conseguiu eleger-se senador) depois de ter cumprido duas legislaturas. Maria Lúcia deverá ser demitida e receber uma boa indenização, por ter sido chefe de gabinete durante oito anos.

No Senado, cada senador dis-

põe de um chefe de gabinete, um subchefe, três secretários particulares, um assessor técnico, dois auxiliares de gabinete, um contínuo e um motorista. De todos, apenas os três secretários particulares são contratados pela CLT, por escolha direta do senador; os demais são funcionários de carreira do Senado.

Mas os senadores escolhem os funcionários que desejam. A filha do presidente do Senado, Nelson Carneiro, vereadora no Rio, que não conseguiu eleger-se deputada federal pelo PSDB, é funcionária efetiva do gabinete do pai. O ex-deputado e ex-governador do Maranhão Ezequiel Cafeteira eleger-se agora senador. Seu suplente é sua mulher, Isabel, que havia sido a secretária da Ação Social do marido governador.

Costa está vivo, mas já é nome de ala do Senado.

O senador Alexandre Costa (PFL/MA) teve uma memorável atuação como 1º secretário da Mesa do Senado, há alguns anos. Ao deixar o cargo, aceitou a homenagem de colegas e funcionários e descerrou uma placa que dá seu nome a uma das alas da Casa.

Para cuidar dos 72 membros do Senado, há três mil funcionários. "Existe uma estrutura administrativa bastante ampla", admite José Passos Porto, diretor-geral da Casa. Passos Porto foi cinco vezes deputado e depois senador, por Sergipe. Em seu gabinete trabalhava, como

funcionário da Casa, seu filho, José Passos Porto Filho. Nas eleições de 1986, o pai não conseguiu reeleger-se. Foi nomeado então para o cargo de diretor-geral, e tornou-se colega de seu filho funcionário. Na Câmara dos Deputados, a atuação dos 487 deputados movimenta 5.800 funcionários. Desses, três mil são efetivos da Casa, e 2.800 os contratados pela CLT, que trabalham (ou só recebem) para os gabinetes. Na Câmara, são conhecidos os casos de esposas e parentes de parlamentares que foram "requisitados" de cargos no governo de seu Estado, ou mesmo de prefeituras. O deputado faz um ofício para a presidência da Câmara requisitando o parente, sem prejuízo de vencimentos e vantagens que receba no emprego original. A presidência, por sua vez, oficia ao órgão estadual ou municipal onde está o requisitável. Consta que Paes de Andrade não se prende a rodeios: "Requeiro que se ponha à disposição..." — lança no papel timbrado da Câmara dos Deputados. Concluído o processo, em muitos casos acontece uma estranha mágica: o requisitado passa a trabalhar em Brasília, embora continue vivendo em seu Estado.

A lei da austeridade existe. Mas não pegou.

Os senadores estão garantidos quando terminam seu mandato, de oito anos; e os deputados, quando cumprem dois mandatos, totalizando os oito anos. Caso não se reelejam, têm direito a receber uma pensão (subsidiada em grande parte pelo governo), como aposentadoria. Mas os funcionários que trabalham em seus gabinetes, e são contratados pela CLT, normalmente são demitidos quando um parlamentar não se reelege.

Esse problema foi contornado de acordo com a melhor tradição da Casa, em anos recentes. "Eu era secretária parlamentar de um deputado amigo da minha família, lá do Rio. Ele não se reelegeu, mas naquele ano a Câmara fez um concurso para secretários parlamentares. Fiz o concurso e fui nomeada adjunta parlamentar da Câmara" — diz uma funcionária com salário de Cr\$ 100 mil. A fórmula foi usada mais vezes. "Depois do meu, houve outros dois concursos" — diz.

Os congressistas, mesmo os que moram em Brasília, têm direito a apartamento funcional. Há casos de marido e mulher parlamentares que ocupam dois apartamentos. E de um deputado baiano, não reeleito, que também ocupa dois, alegando que sua família é muito numerosa. Mas em matéria de mordomias está havendo — pelo menos no papel — alguma contenção. A